

## Crescimento do uso do narguilé no Brasil preocupa

crescimento do uso do narguilé no Brasil preocupa. De acordo com recorte da Pesquisa Especial de Tabagismo (PETab) feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo INCA em 2008, o número de usuários do cachimbo oriental já chega a quase 300 mil. Uma das ações que pode contribuir para frear esse avanço foi tomada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em março: a partir de 2014 será proibida no Brasil a venda de fumo aromatizado para narguilé.

A inalação de fumaça durante uma sessão de narguilé é muito maior do que quando se fuma um cigarro. O volume de tragadas do narguilé pode chegar a 1.000 ml em uma hora. Já o volume de tragadas de um cigarro alcança de 30 ml a 50 ml entre cinco e sete minutos. "O fumante de narguilé inala uma quantidade de fumaça equivalente a 100 cigarros ou mais", alerta o pneumologista da Divisão de Controle do Tabagismo do INCA Ricardo Henrique Meirelles.

O narguilé é um cachimbo de água no qual o tabaco com aroma de frutas, ervas ou especiarias é queimado, com o uso de carvão. Ele passa por uma vasilha de água e é fumado por meio de uma mangueira. Como qualquer outro produto deriva-

do do tabaco, contém nicotina e as mesmas 4.700 substâncias tóxicas do cigarro convencional. Porém, análises comprovam que sua fumaça contém quantidades superiores de nicotina, monóxido de carbono, metais pesados e substâncias cancerígenas do que a do cigarro.

Isso acontece porque, no narguilé, à queima do tabaco soma-se o carvão em brasa, o que também produz substâncias cancerígenas, potencializando os riscos à saúde. A água usada no processo absorve apenas 5% de nicotina. "Por desconhecimento dos usuários, a presença da água faz com que se aspire ainda mais a fumaça, dando a impressão de que o organismo fica mais tolerante, o que é errado. Desse modo, a pessoa vai inalando uma quantidade muito maior de toxinas, sem sentir tanto incômodo", afirma o médico.

E além dos consumidores diretos, o cachimbo prejudica a saúde de quem está no mesmo ambiente. "Da mesma forma como acontece com os fumantes passivos, esse público tem mais chances de desenvolver doenças tabaco-relacionadas. A concentração dessas substâncias no organismo tem efeito cumulativo. Então, quanto maior o tempo de exposição, mais danos", completa Meirelles.

## USO ENTRE ESTUDANTES DE 13 A 15 ANOS

De acordo com as informações da pesquisa Vigilância de Tabagismo em Escolares (Vigescola), do Ministério da Saúde, de 2009, a prevalência do consumo do narguilé, em São Paulo (SP), destaca-se: 93,3% dos entrevistados que consomem algum produto do tabaco fumado, além do cigarro industrializado, declararam usar o cachimbo oriental com maior frequência. Em Campo Grande (MS), 87,3% dos estudantes disseram preferir o narguilé como segunda opção de fumo. Já em Vitória, o percentual ficou em 66,6%.

A coordenadora da Divisão de Epidemiologia do INCA, Liz Almeida, chama a atenção para o fato de o narguilé ser um cachimbo, ou seja, apenas um veículo para o consumo do fumo. Por isso, não contém nenhuma advertência sobre os riscos à

saúde, como acontece com os derivados do tabaco industrializados. E por trazer a possibilidade de ser usado por várias pessoas simultaneamente, reforça o aspecto da socialização, muito importante para os jovens. Por conta dessa atração exercida sobre os adolescentes, o governo do estado de São Paulo, desde 2009, e o do Distrito Federal, em 2012, aprovaram leis que proíbem a comercialização e o uso do cachimbo por menores de 18 anos.

Um dos responsáveis pelo recorte da PETab, o epidemiologista André Szklo explica que entre 1989 e 2008 houve redução de 47% no número de fumantes de cigarros no País (passou de 32% para 17,2%), mas diz que é possível que esteja havendo migração para outros produtos de tabaco, particularmente entre os estudantes. "Os resultados do Vigescola mostram o dinamismo das estratégias da indústria do tabaco para buscar alternativas para as ações de controle do tabaco e conquistar novos consumidores", opina.



## BRASIL PREPARA PARTICIPAÇÃO NA 5<sup>a</sup> CONFERÊNCIA DAS PARTES

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, reuniu-se, em agosto, com representantes de organizações da sociedade civil antitabagistas. Em pauta, a participação do Brasil na 5ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (COP5), que será realizada em novembro, na Coreia do Sul, e o processo de regulamentação da Lei 12.546, que proíbe o fumo em locais públicos.

Conhecida como a Lei do Tabaco, a legislação também prevê aumento da alíquota do IPI do cigarro, amplia o espaço nas embalagens dedicado ao alerta em relação aos prejuízos do fumo e limita a exposição dos maços nos locais de venda.

Padilha reafirmou o compromisso federal na luta antitabagista e agradeceu as propostas encaminhadas pelo terceiro setor, reforçando a importância da parceria governo-sociedade na construção de um plano de enfrentamento eficaz contra o tabaco.

O encontro internacional vai promover o debate sobre a normatização dos artigos 17 e 18 da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, sobre as atividades alternativas economicamente viáveis e da proteção ao meio ambiente e à saúde.

Também em agosto, o Rio de Janeiro sediou a 16ª reunião da Comissão Intergovernamental para o Controle do Tabaco do Mercosul (CICT), na qual foram debatidos temas que serão deliberados na (COP5). O encontro foi coordenado pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), que também representa o Brasil na CICT.

Representantes de Brasil, Argentina, Uruguai e Venezuela destacaram os avanços e as dificuldades na implementação da Convenção-Quadro em seus países. Um dos temas discutidos foi a recente estratégia da indústria do tabaco para contrapor medidas adotadas pelos governos de alguns países. "As multinacionais de tabaco vêm ingressando com ações em tribunais internacionais de arbitragem para tentar reverter políticas de controle do tabaco. O governo do Uruguai está sofrendo esse tipo de pressão após determinar que cada marca de cigarro tenha um único tipo de maço e exigir que as advertências sanitárias ocupem 80% da embalagem", denunciou Felipe Mendes, técnico da Secretaria Executiva da Conicq.

